



EMBAIXADA DE ANGOLA

LISBOA-PORTUGAL

SERVIÇOS DE IMPRENSA

**RESENHA DE IMPRENSA
ANGOLANA**

07 de Junho 2021

SEGUNDA - FEIRA, 07 DE JUNHO DE 2021

Parlamento discute voto na diáspora

Luanda - A Assembleia Nacional prossegue, na manhã desta segunda-feira (7), a apreciação e votação da Proposta de Lei de Revisão Constitucional, com destaque para a questão do sistema eleitoral, que preconiza o voto dos cidadãos angolanos na diáspora.

Segundo o relator do diploma, Virgílio Tyova, que falava à Rádio Nacional de Angola, serão ainda apreciados os artigos relacionados com a inelegibilidade e impedimento dos deputados, bem como a competência de controlo e fiscalização do Parlamento.

Na última semana, os parlamentares e o Executivo concordaram em retirar o Tribunal Constitucional da lista de membros do Conselho da República, por, alegadamente, "ser um órgão judicial e não político".

Inicialmente, a Proposta de Lei de Revisão (pontual) Constitucional propunha a inclusão, também, do Tribunal Supremo neste órgão de consulta do Presidente da República, pretensão que não se veio a consumir, depois dos debates na especialidade.

A Proposta de Lei de Revisão da Constituição, de iniciativa legislativa do Presidente da República, prevê alterar 28 artigos, editar outros seis e fazer quatro revogações.

Em concreto, o diploma prevê, entre outros pontos, a clarificação do modelo de relacionamento entre o Titular do Poder Executivo e o Parlamento, em relação à fiscalização política e ao direito de voto dos angolanos residentes no

estrangeiro. Prevê, ainda, a eliminação do gradualismo na Constituição, a principal divergência entre o Executivo e a oposição sobre as primeiras eleições autárquicas, além da afirmação do Banco Nacional de Angola como entidade independente e o estabelecimento de um período fixo para a realização das eleições.

Até ao momento, já foram aprovados sete dos 41 artigos da Proposta de Lei de Revisão Constitucional, primeira do género desde a entrada em vigor da Lei Magna, a 5 de Fevereiro de 2010. (ANGOP)++++

Novas regras de importação de produtos entram em vigor a 15 de Junho

Luanda - As novas regras sobre importação de produtos pré-embalados, estabelecidas pelo Decreto Executivo 63/21, de 17 de Março, entram em vigor a partir do dia 15 deste mês, tal como previsto, soube hoje a ANGOP de fonte oficial.

De acordo com o Ministério da Indústria e Comércio (Mindcom), o Decreto Executivo estabelece que as importações de uma série de produtos claramente identificados deverão, a partir do dia 15 de Junho, ser feitas a granel, em Big Bags de pelo menos uma tonelada, passando o processo de empacotamento e embalagem efectuados no País.

Segundo o Mindcom, esta medida do Executivo Angolano vai permitir gerar importantes ganhos para o País e à população, em geral, já que os produtos vão ser importados a preços mais baixos.

Além disso, a medida vai permitir o surgimento de muitas pequenas e médias indústrias de embalagem e logística, todas elas geradoras de novos postos de trabalho.

O Ministério da Indústria e Comércio realça ainda que a medida é de múltiplas vantagens e colocam Angola alinhada com as melhores práticas internacionais ao nível do Comércio e Distribuição. (ANGOP)++++

Ministra reafirma compromisso Angolano na defesa dos mares

Lisboa (Da correspondente) - A ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, Maria do Rosário Sambo, reafirmou, este sábado, na Ilha de Ponta Delgada (Portugal), a aposta na execução de ações para o desenvolvimento científico de técnicas de defesa dos mares, para salvaguardar a sustentabilidade do planeta.

A governante falava durante a Conferência Ministerial de Alto Nível denominada, "Cooperação Atlântica em investigação e inovação para um oceano sustentável", organizada pela Presidência Portuguesa da União Europeia.

A ministra sublinhou que Angola possui uma vasta zona marítima da costa atlântica, um dos elementos preponderantes para o bem-estar, prosperidade e segurança das gerações do presente e do futuro.

Maria do Rosário Sambo defendeu a conservação e o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marítimos, conforme está estipulado na Agenda 2063 da União Africana.

Segundo a ministra, Angola faz parte do "Atlantic International Research Centre", uma plataforma de cooperação científica para a produção e partilha do conhecimento e dados sobre o espaço, a atmosfera, os oceanos e as alterações climáticas.

Manifestou a disponibilidade do país para integrar parcerias internacionais, que visem o desenvolvimento de programas científicos específicos, tendo em vista a salvaguarda do Atlântico e a sua sustentabilidade.

Acompanhada pelo Embaixador de Angola em Portugal, Carlos Alberto da Fonseca, a ministra participou no evento na qualidade de convidada especial do seu homólogo português, Manuel Heitor.

A conferência, que reuniu especialistas de diversos países, serviu para a abordagem e discussão da importância dos oceanos na regulação do clima, a economia azul, o fundo do mar, as pescas, a biodiversidade, entre outros. (ANGOP)+++

Morreu ex-chefe dos serviços de inteligência militar

Luanda - O ex-chefe dos Serviços de Inteligência e Segurança Militar (SISM), general Apolinário José Pereira, morreu, na manhã deste domingo, em Luanda. De acordo com uma nota assinada pelo ministro da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria, o general Apolinário Pereira teve morte súbita.

Na nota, o ministro João Ernesto dos Santos "Liberdade" refere que Apolinário Pereira foi um militar que desde muito cedo se disponibilizou a luta pela conquista e preservação da Independência Nacional.

Salienta que as suas qualidades estiveram na base de sucessivas indicações para cargos de topo nas Forças Armadas Angolanas (FAA), entre os quais o que desempenhava até à sua morte.

"Nesta hora de incontida dor e luto, em nome do Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria, das Forças Armadas Angolanas e no meu próprio, curvo-me perante a memória do malgrado e apresento à família enlutada a expressão dos nossos sentidos pêsames, pelo infausto acontecimento", exprimiu o ministro.

O general Apolinário José Pereira foi exonerado do cargo de chefe dos Serviços de Inteligência e Segurança Militar no passado dia 31 de Maio, por Decreto Presidencial. (ANGOP)++++

BPC desmente alegada ligação de administrador à "operação caranguejo"

Luanda - O Conselho de Administração do Banco de Poupança e Crédito (BPC) desmentiu uma informação, em circulação nas redes sociais, segundo a qual um dos seus administradores executivos foi impedido de sair do país por suposta ligação à "Operação Caranguejo".

Em nota publicada este domingo, a instituição declara ser uma informação "totalmente falsa e delirante", que "visa pôr em causa a imagem do BPC, assim como a idoneidade e reputação dos membros do seu Conselho de Administração".

Por este motivo, repudia "veementemente" o conteúdo desta e de outras informações similares, que "têm como objectivo obstruir, por todos os meios necessários, a implementação das medidas previstas no Plano de Recapitalização e Reestruturação em curso no banco".

Na nota, o Conselho de Administração do BPC reafirma o seu compromisso com a defesa dos interesses dos seus accionistas e clientes, mantendo-se determinado na execução do seu programa estratégico, vital para garantir a sustentabilidade do futuro da instituição.

Indica que, face a forma recorrente como têm sido publicadas informações falsas sobre o BPC, decidiu accionar os mecanismos adequados para a identificação e responsabilização judicial dos autores das mesmas, reservando-se o direito de actuar de igual forma contra todos aqueles que atentarem contra o bom nome da instituição, dos membros dos órgãos sociais e dos seus colaboradores.

Caso Lussaty

De acordo com informações que circulam nas redes sociais, um dos administradores do BPC terá sido impedido de sair do país, após tentativa de fuga, na sequência das investigações das extensões do caso "Caranguejo", que resultou na detenção do oficial da banda musical da Presidência da República, major Pedro Lussaty, e a abertura de inquérito contra vários outros.

Segundo tais informações, no Aeroporto "4 de Fevereiro", o referido administrador terá apresentado um documento da junta médica, para tentar sair do país, tendo sido detido e, posteriormente, libertado, com proibição de se ausentar de Luanda.

No final de Maio último, no quadro da denominada operação "Caraguejo", o major Pedro Lussaty foi detido, quando tentava sair do país com malas contendo milhões de dólares e milhares de euros.

Na sequência das investigações, foram igualmente apreendidos dezenas de imóveis e viaturas de luxo, assim como artigos de uso pessoal, como relógios. (ANGOP)+++

MPLA em Luanda preparado para triunfo eleitoral em 2022

Luanda - O Primeiro Secretário do Comité Provincial de Luanda do MPLA, Bento Joaquim Francisco Bento, manifestou-se seguro na vitória das próximas eleições gerais de 2022.

Bento Bento fez estas considerações durante o encontro de massas com os militantes, simpatizante e amigos do partido que governa Angola, na última etapa da jornada de seis dias de trabalho realizada no município de Cacuaco.

O político disse, contudo, que Cacuaco está com o MPLA para sempre, por isso, precisou, nenhum opositor vai retirar a hegemonia do maior partido em Angola em todas vertentes. "Ninguém mais vai segurar este município, quem pensa que este município é bastião deles estão enganados. Basta.

Nós estamos saudáveis e preparados para que 2022 possamos triunfar como sempre em todos círculos eleitorais" - prometeu o político. Durante a sua jornada de trabalho, Bento Bento incitou os seus militantes a aderirem ao processo de vacinação contra a Covid-19, por forma a se prevenirem melhor do perigo desta enfermidade que abala o mundo.

De acordo co líder do MPLA na capital do país, o presidente do partido , João Lourenço, está apostado na tranquilidade do povo angolano, sobretudo na baixa dos preços dos principais produtos da sexta básica.

Tranquilizou a população angolana no geral, que tudo está ser feito junto dos operadores económicos para que haja melhoria dos preços acessíveis aos produtos básicos.

O garimpo da água foi o principal problema apresentado pelos militantes ao primeiro secretário, que apelou ao administrador municipal de Cacuaco, Auxílio Jacob, a envolver a Procuradoria-Geral da República para a constituição do processo crime contra os "garimpeiros" no mais precioso produto.

Outras questões apresentadas pelas autoridades de Cacuaco foram a falta de segurança, vias esburacadas. O primeiro secretário de Luanda manteve contactos, durante a sua jornada de trabalho em Cacuaco, com os militantes do seu partido, associações de Taxistas, Motoqueiros, religiosos, entre outros líderes comunitários.

Já visitou os municípios do Cazenga e Viana com o mesmo propósito. (ANGOP)++++

JORNAL DE ANGOLA

On Line

SEGUNDA - FEIRA, 07 DE JUNHO DE 2021

União Africana exalta luta contra a corrupção em Angola

A Comissão do Direito Internacional da União Africana (AUCIL) felicitou os esforços que o Governo angolano empreende na luta contra a corrupção e pela consolidação da democracia constitucional no país.

Reunido na 19ª sessão ordinária, que encerrou na sexta-feira, a Comissão do Direito Internacional da União Africana adoptou a Convenção Contra a Escravidão Contemporânea, da autoria do professor angolano e embaixador Sebastião Isata, actual presidente do órgão, à semelhança da Convenção sobre a Cooperação Judiciária, da tunisina Hajer Gueldich.

Participaram no evento o presidente do Comité Jurídico Inter-Americano Luís Garcia Cochorrano, os professores Duncan Hollis, da Universidade da Filadélfia, e Akande, da Universidade de Oxford, que dissertaram sobre a relação entre os crimes

cibernéticos e o Direito Internacional. A reunião decidiu, igualmente, elaborar um estudo sobre o Direito Internacional e a Responsabilidade dos Estados na Luta contra as Pandemias, dentre as quais a Covid-19.

O combate à corrupção está consagrado na Carta Africana sobre Democracia, Governo e Eleições, de 31 de Janeiro de 2007, na Convenção Africana Contra a Corrupção, de 9 de Outubro de 2003 e é parte da Agenda 2063 da União Africana. "Vencer a luta contra a corrupção: uma via sustentável para a transformação de África" foi o tema da União Africana (UA) em 2018.

Durante a abertura do ano judicial 2021, o Presidente João Lourenço afirmou que, no concernente ao combate à corrupção e à impunidade, o país vem dando passos corajosos, desde finais de 2017, investigando, julgando e condenando servidores ou ex-servidores públicos, de todos os escalões, desde os níveis do município, província e do próprio Executivo central, da Assembleia Nacional e de empresas públicas de grande dimensão, com a imparcialidade necessária, para o sucesso desta causa.

A 4 de Fevereiro do ano em curso, o jurista angolano Pascoal António Joaquim foi eleito para o Conselho Consultivo da União Africana sobre a Corrupção, pela região austral, durante o 38º Conselho Executivo da UA.

A AUCIL funciona desde 2010 e debruça-se sobre o desenvolvimento progressivo do Direito Internacional, codificação do Direito, contribuição para os Objectivos e Princípios da União, revisão dos Tratados e incentivo ao Ensino, Estudo, Divulgação e Apreciação mais ampla do Direito Internacional. (J.A)++++

Bienal de Luanda é divulgada na Bélgica

As organizações internacionais sedeadas no Reino da Bélgica foram informadas sobre os preparativos da 2ª Edição da Bienal de Luanda- Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz, a decorrer na capital angolana, de 4 a 8 de Outubro

deste ano, sob o lema "Reforçar o Movimento Pan-Africano para uma Cultura de Paz e Não-Violência: Rumo a uma Parceria Global".

O coordenador do Comité Nacional de Gestão da 2ª Edição da Bienal de Luanda, Diekumpuna Sita José, reuniu, nos dias 31 de Maio a 2 de Junho, em Bruxelas, com representantes de organizações internacionais representadas naquele país.

De acordo com uma nota de imprensa da representação diplomática de Angola em Bruxelas, Diekumpuna Sita José reuniu com os representantes do Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OEACP), da União Europeia e dos Escritórios da Unesco em Bruxelas.

O embaixador de Angola no Reino da Bélgica, Mário de Azevedo Constantino, acompanhou os encontros. Diekumpuna Sita José foi recebido pelo sub-secretário geral do Departamento de questões Políticas e do Desenvolvimento Humano do Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OEACP), Ibrahim Norbert Richard.

Segundo Diekumpuna Sita José, o encontro serviu para estabelecer uma linha de cooperação institucional en-tre a Comissão Inter-Ministerial e o grupo de Estados OEACP, dos quais 48 países são africanos.

O coordenador do Comité Nacional valorizou o papel da Organização dos Estados de África, Caraíbas, e Pacífico, parceiro estratégico da União Europeia, em relação à relevância que se dá à cultura enquanto suporte para a aproximação dos povos.

O sub-secretário-geral do Departamento de questões Políticas e do Desenvolvimento Humano, Ibrahim Norbert, disse que acolheu positivamente a ideia da realização da Bienal de Luanda e que o evento enquadra-se no espírito de uma cultura de paz para o progresso e o desenvolvimento das sociedades africanas.

Ibrahim Norbert acrescentou que a Declaração de Niamey sobre a Cultura "ajusta-se perfeitamente aos objectivos

traçados para a Bienal de Luanda". A nota de imprensa refere que as partes prometeram trabalhar para a troca de informações no sentido de se obter um acordo formal com a Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OEACP) e criar uma aliança global de parceria para a Cultura da Paz.

A ideia da realização da Bienal de Luanda foi igualmente acolhida com satisfação nos encontros realizados com representantes da União Europeia e do Gabinete da Unesco em Bruxelas.

A Bienal de Luanda - Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz é uma iniciativa conjunta da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), da União Africana (UA) e do Governo de Angola, que estão envolvidos na implementação do "Plano de Acção Para a Cultura de Paz em África".(J.A)++++

Combate à corrupção é premissa do OGE 2022

O combate à corrupção, desprestígio e ineficiência da Administração Pública deve ser adoptado como premissa para a elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2022 e do Quadro de Despesa de Médio Prazo (QDMP) de 2023 a 2025, dois documentos em preparação no Ministério das Finanças.

A declaração foi proferida pela secretária de Estado para o Orçamento e Investimento Público, Aia-Eza da Silva, num seminário realizado sexta-feira, em formato digital, sobre as instruções para a elaboração do OGE-2022 e do QDMP 2023-2025, de acordo com uma nota publicada no portal electrónico do Ministério das Finanças.

A secretária de Estado considerou que, neste momento, em que a sociedade angolana debate "a importância de se combater a corrupção, desprestígio e ineficiência na máquina pública", o QDMP "surge como uma ferramenta indispensável para a nossa gestão financeira".

A responsável acrescentou que, outra premissa importante a ter em conta no Orçamento de 2022, "é a necessidade de serem considerados os impactos que a despesa terá quanto à igualdade de género", devendo assegurar "que se eliminem as desigualdades entre homens e mulheres no acesso ao ensino, ao emprego e a todos os outros domínios da vida em sociedade".

De acordo com a nota, no seminário, foi reafirmada a ideia de que a economia angolana continua dependente do principal produto de exportação, o petróleo, o que a mantém vulnerável aos choques externos, algo que, aliado ao impacto macroeconómico da pandemia da Covid-19, constitui uma das principais variáveis que será considerada na análise macroeconómica a médio prazo.

Nesta perspectiva, as medidas de consolidação orçamental e estabilização da dívida devem ser acompanhadas por uma reorientação da despesa, garantindo recursos com base nas prioridades de médio prazo, combinando os objectivos do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), com a estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo 2025.

O Ministério das Finanças, enquanto Órgão Coordenador do Sistema Orçamental, realizará uma avaliação conjunta com os Órgãos Orçamentais dos respectivos quadros de despesas sectoriais de médio prazo, para a atribuição dos limites de despesa plurianuais. A este respeito, a orçamentação deverá estar em linha com a identificação das prioridades.

O QDMP é um instrumento de programação financeira que permite ao Governo ampliar o horizonte da política orçamental para além do calendário anual, relacionando as políticas de desenvolvimento de médio prazo, o planeamento nacional e o orçamento.

O instrumento é amparado pela Lei de Sustentabilidade das Finanças Públicas (Lei 37/20, de 20 de Outubro), que obriga os órgãos de soberania, Administração Central e Local do Estado a elaborarem o documento até 30 de Junho deste ano.

O encontro em que a Aia-Eza da Silva proferiu estas declarações era destinado a directores dos Gabinetes de Estudo e Planeamento Estatístico (GEPE) e secretários-gerais, estando previsto outro, para amanhã, em que participam representantes da Administração Central, unidades orçamentais e Delegações Provinciais das Finanças.

Nesses encontros, os participantes elevam o nível de conhecimento sobre a elaboração do OGE, além de partilharem as ferramentas necessárias para executarem com êxito o QDMP no seu primeiro ano de vigência, em 2022. (J.A)++++

Sonangol atinge este ano quota de produção de 10 por cento

Blocos petrolíferos como o 3/05, onde a produção recaiu apenas sobre 40 por cento de um volume de petróleo inicial de 3,2 mil milhões de barris, dão uma indicação de que a estratégia de recuperação de campos maduros adoptada pela Sonangol pode conduzir a companhia a atingir, este ano, uma quota de 10 por cento da produção angolana de crude.

O presidente da Comissão Executiva da Unidade de Negócios de Exploração e Produção da Sonangol, Ricardo Van-Deste, aponta numa entrevista publicada na edição de Junho do "Pacaça", a newsletter da petrolífera estatal, 2021 como o ano em que a companhia eleva a quota de 2,0 para 10 por cento da produção angolana de petróleo, de 1,2 milhões de barris por dia.

Ricardo Van-Deste considerou que, apesar de desafiador, o objectivo de elevar a quota de produção da Sonangol é alcançável, pois, hoje, a companhia tem uma organização empenhada nessa meta, esperando resultados já este ano.

Para o alcance da quota de 10 por cento da produção, o responsável aponta uma estratégia de três pilares, nomeadamente, a revitalização de campos maduros, o desenvolvimento de descobertas marginais (em mar e terra), bem como a exploração dentro de áreas de desenvolvimento.

O gestor realçou que o foco da UNEP é aumentar esse factor de recuperação, optimizando os sistemas de injeção de

água e perfurando poços adicionais. Para tal, disse, não haverá necessidade de um grande investimento em instalações de produção, porque já existem, tendo capacidade suficiente de processamento, sustentando as descobertas marginais.

Com a recente legislação sobre descobertas marginais, disse ser possível desenvolver, do ponto de vista económico, alguns recursos que, no passado, não eram viáveis.

A UNEP está, igualmente, a prestar atenção ao gás, não apenas como forma de energia mais limpa, mas devido à entrada em vigor de legislação que permite o desenvolvimento de campos de gás não associado (gás livre de óleo e de água no reservatório). (J.A)++++

EPAL põe à disposição novo sistema de gestão de girafas

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, avaliou recentemente, o grau de eficiência do novo sistema tecnológico de gestão de girafas (sistema pré-pago) do Centro de Distribuição do Benfica II, no bairro Benvindo (Luanda), uma iniciativa em fase experimental, que está a ser implementado pela Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL).

Uma nota do MINEA dá conta que, o novo Sistema Tecnológico de Gestão de Girafas, denominado "Waterinmove" prevê melhorar a arrecadação de receitas, através de tecnologia pré-paga integrada com medição em tempo real e gestão remota.

O Centro de Distribuição do Benfica II atende os bairros Benvindo, Honga, Patriota, Zona Verde e Zonas das Salinas, e comporta dois reservatórios, cada um com capacidade de 10 mil metros cúbicos.

Recomendações

No encontro que o ministro João Baptista Borges manteve com os vários operadores, foram levantadas preocupações, principalmente a apresentada pela comissão dos camionistas ambulantes.

O titular da pasta da Energia e Águas orientou a EPAL, a criar condições para a ampliação do sistema aplicado, bem como alargar os locais de enchimento para evitar os congestionamentos e a fraca produtividade.

Exortou ainda a EPAL, a expandir o sistema, fundamentalmente nos maiores clientes cadastrados, nomeadamente indústrias e hotéis. O governante reiterou a necessidade da cobrança para garantir a continuidade dos serviços, bem como o cumprimento das necessidades internas das empresas, respeitando os clientes que cumprem com a suas responsabilidades.

Relativamente às denúncias dos actos de garimpo e sabotagem da rede hidráulica, o governante pediu maior interacção entre a EPAL e a Polícia Nacional, no sentido de se envidar esforços para responsabilizar criminalmente os eventuais envolvidos.

Acompanharam o ministro na jornada de campo, o secretário de Estado da Energia, Belsa da Costa, o presidente do Conselho de Administração da ENDE, Hélder Adão, administradores e altos responsáveis do seu gabinete e das empresas tuteladas. (J.A)++++

Desactivadas 67 armadilhas em Cangandala

Sessenta e sete armadilhas, montadas por caçadores furtivos, foram desactivadas, no Parque Nacional de Cangandala, em Malanje, de Janeiro a Maio do corrente ano.

A informação foi prestada sábado pelo administrador do parque, Victor Paca, durante uma excursão ecológica, promovida pelo Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários, em alusão ao Dia Mundial do Ambiente, assinalado no mesmo dia.

Em igual período de 2020, foram encontradas 200 armadilhas, cuja utilização pelos caçadores furtivos continua a preocupar as autoridades locais. Segundo Victor Paca, a caça furtiva e as queimadas anárquicas são práticas recorrentes no

Parque Nacional de Cangandala, sobretudo entre os meses de Julho e Setembro, colocando em risco a vida animal e vegetal, pelo que têm intensificado a sensibilização dos caçadores e das comunidades circunvizinhas, para se inverter o actual quadro.

(J.A)++++